

Sobre o Seminário Internacional Dinheiro e Movimentos

HILARY BURGER¹

"Como ser alquimistas e transformar o dinheiro em ferramenta de poder e mobilização de movimentos."

Emilienne de León, do Semillas

Em novembro de 2006, a Associação pelos Direitos da Mulher e o Desenvolvimento (AWID) e o Fundo Semillas reuniram 229 feministas das Américas, da Ásia, do Oriente Médio e da África e 55 doadoras e representantes da cooperação internacional para discutir as principais questões relacionadas ao financiamento para o movimento feminista². Marusia López, feminista mexicana, caracterizou sugestivamente a natureza do evento em termos de transgressão e dinheiro.

O encontro ressaltou a importância de pensar a nossa relação com o dinheiro, tanto pessoal como institucional, além do paradigma do "dinheiro flexível"³ como um elemento fundamental para garantir a autonomia do movimento. Segundo María Suárez⁴, no feminismo há certos elementos que não são negociáveis mas que são estratégicos: entre outros, **fazer uma revolução**.

AWID foi além de uma mera contextualização da cooperação para promover uma reflexão sobre as práticas institucionais do feminismo e a nossa postura no que diz respeito ao dinheiro.

Emilienne de León, diretora executiva de Semillas, colocou a nossa meta não exclusivamente em termos de buscar saídas para a atual crise no financiamento, mas também como fazer crescer o total dos recursos para o movimento com a afirmação de que, de fato, existe muito dinheiro.

Lydia Alpízar, atual diretora da AWID, sugeriu uma visão crítica da nossa convivência com o dinheiro: "A nossa relação com o dinheiro é extremamente conflitiva, principalmente em relação à percepção de

que existem poucos recursos. Precisamos rever a institucionalidade dos nossos movimentos e a questão do acesso aos recursos. Existem práticas que têm nos enfraquecido imensamente, entre elas, a fragmentação dos nossos movimentos, que perderam a possibilidade de unir-se e de construir uma proposta mais ampla. Precisamos ter a humildade para aprender com outros movimentos e deixar de ser tão auto-referenciadas, de superar os nossos autoritarismos e a falta de renovação nas nossas organizações".

A pesquisa da AWID "Onde está o dinheiro para os direitos das mulheres"⁵ apontou as principais transformações na geopolítica da cooperação que têm um impacto direto sobre o movimento, algumas das quais temos sentido nas nossas organizações e no movimento. Por exemplo, a saída de algumas instituições de financiamento do Brasil para priorizar a África e a Ásia. Outro fato preocupante é o desequilíbrio profundo na distribuição de recursos entre as fundações, sendo os fundos de mulheres recipientes de uma parcela pequena do total.

Um elemento da conferência da AWID que vem sendo repetido em outros espaços é a caracterização das distorções inerentes à cooperação e ao dinheiro. A cooperação internacional possui ainda uma cultura eminentemente masculina, o que efetivamente deixa pouco espaço para a discussão de gênero⁶. Enquanto há pelo menos uma década os setores mais

conservadores promovem uma estratégia de apoio a instituições centrais, até agora as entidades mais progressistas da cooperação concentraram a maior parte de financiamento em projetos, sem comprometer-se com o apoio institucional.

Na dinâmica da cooperação, de fato, "a guerra e a miséria atraem o dinheiro". Lina Abu'Habib (CRTD-A) relatou o envio de grandes quantidades de dinheiro durante e depois do último conflito no Líbano, sem nenhuma consideração pelo tema de gênero e questionou se essa "ajuda" realmente tem utilidade.

No caso, nenhum dos especialistas que foram enviados ao Líbano tinha entre as suas prioridades o tema da mulher em situação de conflito. Finalmente, em outros cenários mais graves persiste o silêncio, como no caso da falta de reconhecimento inicial do impacto da Aids entre mulheres na África: "De repente, quando começamos a murmurar sobre a Aids, e que nós (as mulheres) estávamos morrendo, ninguém quis escutar"⁷.

Ampliando a nossa base social de apoio

Em vista das transformações definitivas na estrutura da cooperação, a diversificação de recursos para a sustentação do movimento é fundamental. A própria relação com o doador – sendo uma pessoa ou uma instituição – precisa ser repensada. Várias das participantes no encontro da AWID colocaram a necessidade urgente de um diálogo multi-geracional que ofereça um espaço maior às mulheres jovens. Nos dias 5-7 de novembro de 2006, o Instituto de Mulheres Jovens sobre Dinheiro e Movimentos reuniu 35 ativistas feministas jovens que também participaram no seminário da AWID.

É necessário conhecer profundamente o doador. Precisamos desenvolver e abraçar novas formas de relacionamento, partindo do princípio do reconhecimento, lembrando que mesmo sendo o dinheiro proveniente de uma instituição (fundação, governo ou empresa), existe uma pessoa responsável por cada doação. Lembrar também que há mulheres e homens que compartilham a nossa compaixão e energia e que querem se engajar.

O seminário incluiu várias oficinas aplicadas para pôr em prática técnicas de relacionamento com o doador. Nessas experiências percebemos a importância de síntese e de clareza junto com a capacidade de falar com públicos variados em uma linguagem que seja acessível, o que possibilita a abertura com novos públicos não tradicionalmente feministas.

Os fundos das mulheres são relativamente pequenos mas oferecem lições importantes, como por exemplo o uso de sócias como assessoras nos países onde a Global Fund for Women opera; a Rede MIM: Mulheres Investindo em Mulheres do fundo Semillas no México; e a campanha Mulheres Confiando em Mulheres do fundo chileno Alquimia. Além de doadores, essas estratégias também contemplam a mobilização de outras pessoas que podem abrir caminhos para a organização.

Finalmente, AWID nos lembrou que a gestão dos recursos não é uma questão exclusivamente técnica, sendo ela também eminentemente política. Portanto uma prioridade absoluta no Brasil é a prestação de contas para a sociedade. Nas palavras de Silvia Cordeiro⁸, numa época de desinformação e distorção do espaço da sociedade civil organizada, "apostar na transparência vai ser o suporte político para as ONGs".

¿Dónde está el dinero para derrocar a gobiernos que violan sistemáticamente los derechos de las mujeres? ¿Dónde está el dinero para frenar y plantear alternativas a las políticas del Banco Mundial y el FMI que han provocado la sobre explotación y la miseria de las mujeres? (Marusia López, México)

1- Sócia do Grupo Transas do Corpo e membro do Fórum de Mulheres de Pernambuco.

2- Dinheiro e Movimentos: Reunión Internacional, Querétaro, México, 9-11 de novembro de 2006. O conteúdo do seminário pode ser acessado pelo site www.awid.org. Agradeço o apoio da AWID na garantia de participação no seminário.

3- Marusia López, Consorcio para el Diálogo Parlamentar y la Equidad (México), "Transgresión y dinero, feminismo y dinero, cambio social y dinero: algunas reflexiones finales del Foro Dinero y Movimientos".

4- María Suárez, Radio Internacional Feminista/Observatorio de la Transgresión Feminista (Costa Rica).

5- "¿Dónde está el dinero para los derechos de las mujeres? Una evaluación sobre los recursos y el papel de las financiadoras en la promoción de los derechos de las mujeres y el apoyo a las organizaciones que trabajan por los derechos de las mujeres". Projeto de ação-investigação de AWID com Just Associates (fev/2006). Disponível em espanhol no site www.awid.org.

6- Everjoice Win, coordenadora para os direitos da mulher, ActionAid International (Zimbabwe) e militante do movimento de mulheres na África do Sul, fez um depoimento emocionante durante o seminário sobre a dificuldade de falar do feminismo dentro do contexto da sua instituição.

7- Sisonke Msimang, coordenadora do programa HIV/AIDS, Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA), durante a palestra "Fortalecendo as vozes que são importantes para nós: o papel das ONGs internacionais no apoio e fortalecimento dos direitos da mulher", abertura na conferência Women's Rights – Unfinished Business – What should the International NGOs Be Doing? Amsterdã, 15-17 de novembro de 2006 (www.hivos.nl).

8- Comentário de Silvia Cordeiro, coordenadora geral do Centro das Mulheres do Cabo, durante a Oficina sobre Mobilização de Recursos realizada pelo Centro em Recife, 26-27 de novembro de 2006.

20 anos de Grupo Transas do Corpo

Entre cá e lá, entre este momento e o passado

Duas décadas: este é o tempo de existência do Grupo Transas do Corpo. É um longo caminho, em meio a dificuldades e conquistas, construindo a história do movimento feminista brasileiro.

Décadas dobradas merecem muita atenção: as resistências e armadilhas foram muitas, mas nossas ações nos deram sentido, força e credibilidade para este percurso.

Resolvemos aqui mostrar um pouco dessa história através de dois pequenos textos: um escrito ao completarmos a primeira década, em 1997, junto com o lançamento deste nosso boletim Fazendo Gênero.

Outro mais recente, escrito para localizar o Transas no final desta segunda década.

Ambos foram escritos por Kemle Semerene Costa, coordenadora geral do Transas.

O que nos aguarda nessa terceira década que começa?

Lá: 1997

O Transas do Corpo fazendo e acontecendo

Há 10 anos, quando o 8 de Março – Dia Internacional da Mulher – era lembrado apenas pelo movimento feminista, nasceu o Grupo Transas do Corpo.

Diante do limite imposto pelas instituições governamentais ao desprestigiar ações referentes à saúde da mulher, aos direitos reprodutivos e à educação sexual, quatro mulheres, profissionais, trabalhadoras da saúde e educação, criaram uma organização não-governamental que vem fazendo e acontecendo ao longo da última década. Através de assessorias, supervisões, cursos, pesquisas, seminários, produção de materiais educativos e outras atividades, o Transas do Corpo conquistou importante papel na informação e formação de profissionais ligados às áreas de saúde e educação em Goiás e em outras partes do Brasil. Desenvolveu, entre os anos de 1993 e 1995, o projeto *Educação sexual não-sexista – um estudo para a alegria de viver*, que capacitou professoras(es) de onze escolas da rede estadual de ensino para trabalhar a educação sexual em sala de aula. O projeto terminou, mas permaneceram professoras(es) sensibilizadas(os) com o processo vivenciado e adolescentes ainda sedentos de informações e orientações sobre sexualidade. Desse projeto resultou o vídeo *Sexo, giz e apagador*, conhecido e utilizado nos diversos cantos do país, devido à sua qualidade e intensa divulgação.

Além de ser exibido, nacionalmente, pela TV Educativa/RJ e TV Cultura/SP, *Sexo, giz e apagador* compõe o kit de vídeos educativos organizado e distribuído pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. E mais, vem sendo utilizado por ONGs que desenvolvem trabalho semelhante ao do Transas, como a Ecos (SP) e o Cedus (RJ). Como um desdobramento do projeto, visando implementar e incentivar experiência em educação sexual nas áreas da educação e saúde, em 1996 foi realizado, em parceria com o Departamento de Saúde Coletiva da UFG, o I Curso de Extensão *Educação sexual não sexista – teorias e práticas educativas*. Tamanho foi o êxito alcançado que no último dia 24 teve início o II Curso de Extensão, desta vez juntamente com a Faculdade de Educação da UFG. Tal evento faz parte dos acontecimentos comemorativos dos dez anos do Transas do Corpo, além dos projetos *Fala teen* e *Parceiras*. O primeiro fala sobre educação sexual e é, exclusivamente, voltado para adolescentes, e o segundo convida pais e adolescentes para um papo legal sobre Aids e drogas.

Ao instituir as relações sociais de gênero como mola mestra de suas ações e discussões, ao propor uma metodologia participativa de trabalho e ao constituir-se em instrumento de pressão, junto a outras organizações da sociedade, para o cumprimento dos direitos humanos, o Transas do Corpo vem fazendo diferente. Por isso, acontecendo com grande êxito. Para nós, mulheres do Transas, parabéns e sucesso a cada ano de vida!



Cá: 2007

Entre conquistas, armadilhas e desafios

No ano em que o Grupo Transas do Corpo completa duas décadas, o Dia Internacional da Mulher não é mais lembrado somente pelo movimento feminista, como nos anos 1980. Naquele tempo, eram vários os esforços para conseguirmos uma “notinha” nos jornais ou uma reportagem que não apenas registrasse o dia, mas, sobretudo, o seu significado e sua importância política na luta pela emancipação das mulheres.

É evidente que, ao longo dos anos, o 8 de Março ocupa maior espaço nas mídias local, nacional e internacional, assim como em outros setores da sociedade. Podemos dizer que isso se deve, fundamentalmente, à ação do movimento feminista, rumo à conquista e garantia de direitos. Por outro lado, temos observado também que a grande visibilidade destinada ao “Dia da Mulher” inúmeras vezes vem acompanhada de diferentes interesses, ignorando o seu real sentido e toda a história que o resultou.

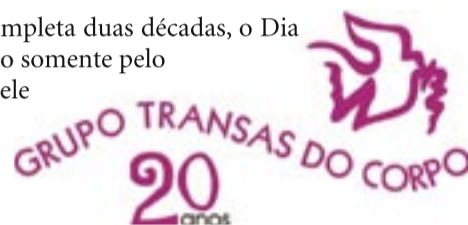
Incoerente com a trágica morte de operárias norte-americanas, em 8 de março de 1857, provocada por reivindicarem melhores condições de trabalho, o Dia Internacional da Mulher, promulgado em 1910 no Congresso das Mulheres Socialistas, tem sido também utilizado para estimular o consumo, especialmente de produtos considerados do universo feminino, como móveis, eletrodomésticos e tratamentos dermatológicos, reafirmando a responsabilidade das mulheres com o trabalho doméstico e com a manutenção dos padrões de beleza exigidos pela sociedade.

Esse tratamento contraditório do Dia Internacional da Mulher mostra exemplarmente que a trajetória do movimento feminista, apesar de constituída de várias conquistas, é repleta de armadilhas e desafios. Daí a importância de um trabalho contínuo, sério e bem articulado, visando o fortalecimento das mulheres e a garantia de seus direitos.

Seguindo esses princípios, o Grupo Transas do Corpo conquistou ao longo de seus 20 anos um espaço importante, de muita responsabilidade, inserido em redes locais, nacionais e internacionais com outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Desenvolvendo suas ações a partir das perspectivas de gênero, raça, sexualidade, classe e geração, apresenta como eixos principais de atuação: a formação de lideranças femininas dos movimentos sociais, de jovens e adolescentes de todos os sexos, de profissionais de saúde e educação, de estudantes universitários/as; a articulação política com os diversos movimentos de emancipação e diferentes atores sociais, em defesa da garantia do direito à saúde, dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos como direitos humanos; o desenvolvimento institucional para a sustentabilidade e fortalecimento da gestão interna; a comunicação estratégica, envolvendo desde o contato com a mídia até a produção e divulgação do conhecimento.

Ao propor a multiplicação do ideário feminista, em especial, a partir da formação de lideranças femininas, uma de suas iniciativas mais promissoras, o Transas do Corpo busca, sobretudo, proporcionar espaços de reflexão crítica, visando fortalecer argumentos e gerar mudanças de atitudes. A partir dessa experiência, que também fez parte da formação feminista de suas fundadoras, vislumbra o fortalecimento do movimento e o futuro do próprio Grupo, que segue, acreditando no grande papel do feminismo na luta contra as desigualdades e injustiças sociais.



FAZENDO GÊNERO n°28
março a junho de 2007

Av. Antônio Fidélis nº 1811, Pq. Amazônia
Goiânia-Goiás-Brasil – 74.840-090
Tel.: 55 (62) 3095-2301 ou 3095-2302
fazendogenero@transasdocorpo.org.br

Órgão Informativo do Grupo Transas do Corpo

Conselho editorial:
Antônio Carlos Cunha, Érica Melo, Pedro Plaza Pinto, Priscila Marília Martins e Wilza Vilela

Editoria e revisão final: Joana Plaza Pinto

Colaboração: Andréia Costa Souza, Elaine de Meireles Ferreira, Fernanda Calderaro, Hilary Burger, Lenise Santana Borges.

Editoração: Carla de Abreu (62-3223.0566)

www.transasdocorpo.org.br

Apoio:
International Women's Health Coalition
Global Fund for Women

Mulheres que fazem sexo com mulheres: desafios no acesso à saúde¹

FERNANDA CALDERARO²

Em algum lugar do Brasil, no meio de uma consulta ginecológica o médico investiga a vida sexual da paciente.

Médico: Você tem vida sexual ativa?

Paciente: Tenho!

Médico: Transa apenas com um parceiro?

Paciente: Então, na verdade.

Hum, é, como eu posso dizer...

O médico interrompe a resposta da paciente, passando para a próxima pergunta.

Médico: E suas relações são protegidas, utiliza algum método contraceptivo?

Paciente: Não!

Médico: Tem filhos?

Paciente: Não.

Médico: Já fez algum aborto?

Paciente: Também não!

Ao término da consulta, a paciente escuta pacientemente o médico e sai do consultório com a seguinte prescrição: contraceptivo e preservativo masculino.

Pacientemente ela caminha com aqueles papéis na mão pensando no desconforto que a situação gerou e com a sensação de que a consulta quase não serviu para nada.

- Até parece que o "doutor" não tava falando comigo, todas aquelas perguntas não faziam sentido para mim. Bom, ele que estudou para isso deve saber o que está fazendo, ou não?

Na dúvida, ela pensa em contar para o médico que faz sexo com outras mulheres, mas o pensamento esbarra no medo. Ela teme a reação do médico que poderia levar um susto.

- Imagina a cara de espanto do "doutor"..., e se ele comentar sobre minha vida sexual com outras pessoas?

Muito incomodada com a situação, ela começa a questionar sobre a necessidade de ir ao ginecologista, afinal, para ela, ginecologista é apenas para tratar de mulheres que fazem sexo com homens e que não querem engravidar ou de mulheres que pegam doenças transmitidas no sexo com homens.

A situação acima representa a realidade de muitas mulheres que fazem sexo com outras mulheres e que pouco acessam os serviços de saúde para os exames preventivos. Elas relacionam equivocadamente ginecologista ao cuidado com saúde reprodutiva, não fazendo uma dissociação entre o sexual e o reprodutivo. Tal fato tem repercutido



Cartilha "Esse sexo que é nosso", v. 4



Cartilha "Esse sexo que é nosso", v. 1

perversamente no acesso dessas mulheres aos serviços de saúde, especialmente quando se trata de serviços ginecológicos, pois as mesmas só procuram atendimento quando os sintomas já estão mais severos. Fazendo uma análise da conduta médica, em nenhum momento foi cogitada a possibilidade dessa mulher ter relações sexuais com outras mulheres, como se a única possibilidade fosse a de se relacionar com homem. Provavelmente esse médico nunca teve, durante toda sua formação, informações e/ou orientações que o habilitasse a investigar a vida sexual de suas pacientes de forma a abrir outras possibilidades de relações sexuais além da heterossexualidade.

Falar sobre saúde de mulheres que fazem sexo com outras mulheres é um desafio, passando desde a falta de informações sobre o tema até a sua complexidade. Discutir esse tema é compreender as dinâmicas dos comportamentos e práticas sexuais, é discutir temas como a integralidade, equidade, visibilidade, saúde mental, novas tecnologias para o desenvolvimento de métodos de proteção específicos, além de outros aspectos que estão imbricados.

A invisibilidade da homossexualidade feminina ainda é grande e contribui para a formação deficiente dos profissionais de saúde, atitudes preconceituosas e principalmente impedem que as mulheres expressem livremente sua orientação sexual.

Essa mesma invisibilidade remete às questões de saúde mental, tendo em vista que mulheres que fazem sexo com mulheres são estereotipadas socialmente, são vítimas de violência, principalmente a doméstica, de preconceito, vivem sua homossexualidade escondida, gerando stress e isolamento, além de não contarem com apoios sociais como amigas(os) e família.

O não reconhecimento desses aspectos da saúde de mulheres que fazem sexo com mulheres compromete o conceito de integralidade ou ainda promove a integralidade como praticada apenas nas relações heterossexuais. E se assim for, o conceito de equidade fica também comprometido, visto que a heterossexualidade normativa promove o acesso à saúde de formas diferentes entre mulheres hetero e homossexuais, como o diálogo inicial mostra. Enfim, as mulheres homossexuais procuram atendimento quando os sintomas estão mais severos ou não o fazem porque são vítimas de preconceito por parte dos profissionais de saúde; são atendidas de forma diferenciada quando sua orientação afetivo-sexual é explicitada, negando a elas o direito a determinados tipos de exames, por exemplo.

Atualmente chama atenção o número de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) contraídas por mulheres que fazem sexo com mulheres devido a relações desprotegidas. Em 2004, uma pesquisa epidemiológica diagnosticou que das entrevistadas 7,7% estavam com Papanicolaou anormais, 7% com Hepatite B, 6,2% com HPV, além de altos índices de vaginose bacteriana e fungos. Os motivos para não se protegerem são vários, dentre eles: acreditar que no sexo entre mulheres não há riscos de contaminação; não usarem preservativo em eventuais relações sexuais com homens; esquecerem que a mulher com quem está se relacionando pode ter relações com homens; achar que as DSTs são transmitidas apenas em relações sexuais entre homem e mulher; achar que está imune por ter uma parceira fixa; não conhecer os métodos de proteção; não saber utilizar os métodos de proteção e achar que as proteções diminuem a qualidade da relação.

Vale lembrar ainda que não existe nenhum material desenvolvido especificamente para a proteção de sexo entre mulheres. Como ter relações protegidas se o que existe disponível para a realização de sexo seguro, como as camisinhas feminina e masculina, tem que ser adaptado para o sexo entre mulheres?

Pautar estas discussões nas agendas de saúde, do movimento LGBT e do movimento feminista é um importante caminho para que mudanças ocorram, pesquisas sejam feitas e políticas públicas sejam implementadas. Assim, espero que em pouco tempo eu possa voltar a este assunto relatando mudança(s), trazendo como ilustração uma consulta ginecológica adequada. Otimismo demais? Talvez sim, demasiado e necessário.

1- Texto com a colaboração de Lenise Santana Borges.
2- Educadora feminista do Grupo Transas do Corpo.

Fontes:
Dossiê "Saúde das mulheres lésbicas: promoção da equidade e da integralidade", da Rede Feminista de Saúde, 2006.
PINTO, Valdir Monteiro. Aspectos epidemiológicos das doenças sexualmente transmissíveis em mulheres que fazem sexo com mulheres. Dissertação de mestrado, USP, 2004.

Articula SUS volta com atividades abertas

O projeto Articula SUS recomeça em 2007 com ações abertas ao público geral. Esse foi um pedido feito pelo próprio grupo formado em 2006: que outras pessoas pudessem ter acesso às discussões ocorridas durante o ano passado. As ações previstas são um seminário e uma publicação sobre controle social do SUS com foco em direitos sexuais e reprodutivos.

GIAS volta com tudo

O Grupo Informação e Ação em Sexualidade reiniciou suas atividades este ano com a corda toda. Na oficina de planejamento, a preocupação maior foi como transformar a situação de jovens e adolescentes em Goiânia e região. Uma das principais observações foi que jovens não conhecem as oportunidades de se encontrarem em grupo para discutirem a sua situação e tentarem transformar o mundo. Diante disso, os planos são continuar a formação do Gias, ir a escolas para oferecer informações para outras(os) estudantes, e além disso promover visitas de estudantes ao CEI (Centro de Estudos e Informação). Vai ser um agito este ano!

Agenda 2007 comemora 20 anos do Transas

Em comemoração aos seus 20 anos, o Transas lançou uma Agenda 2007 com imagens de eventos e ações que fizeram a história do grupo. Com poucos exemplares, a agenda está disponível em nossa sede. Venha buscar a sua e aproveite para contribuir com a comemoração dos 20 anos.



Jornadas pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro traça novas estratégias

Nos dias 5 e 6 de fevereiro de 2007, em São Paulo, as Jornadas pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro realizaram reuniões de planejamento, com o objetivo de reconfigurar o formato e definir focos estratégicos para a ação política. Para ampliar a participação de parceiras(os) na ação das Jornadas foram criados Grupos de Trabalho, tendo com o marco norteador das ações o Estado Democrático (laicidade). A Secretaria Executiva sairá da Cunhã – Coletivo Feminista e passará para Católicas pelo Direito de Decidir. Esse processo de transição entre Cunhã e Católicas já se iniciou e deverá ser concluído em junho de 2007.

Legalização do aborto em Portugal

Em Portugal, foi aprovado, no último 11 de fevereiro, o referendo que muda a legislação do aborto no país, para a legalização com até dez semanas de gestação. Um alta abstenção marcou a votação do referendo, mas o Primeiro-Ministro português José Sócrates afirmou que o Legislativo vai acatar o referendo. Segundo o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, em coluna na Carta Maior, um dos significados deste resultado é que se fortalece a desobediência cívico-religiosa por parte de católicos que não toleram mais a hipocrisia na questão da moral sexual.

VII Fórum Social Mundial coloca África em evidência

O VII FSM aconteceu em Nairobi, no Quênia, de 20 a 25 de janeiro. Os temas principais foram Aids, migração e guerras na África. Cerca de oitenta mil pessoas participaram desta edição do FSM. Foi marcante a presença de mulheres feministas, fundamentais para se discutir os padrões de justiça e igualdade pelos que se luta.

Entre o passado e o futuro

FERREIRA, Cláudia;
BONAN, Cláudia.
Mulheres e movimentos. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005. 208 p.



ANDRÉIA COSTA SOUZA¹
ELAINE DE MEIRELES FERREIRA²

Não seria arriscado dizer que boa parte da juventude brasileira pouco sabe, ou pouco lhe é permitido saber, a respeito das mulheres e dos movimentos que estas têm realizado em toda a América Latina. No livro de Cláudia Ferreira e Cláudia Bonan, *Mulheres e movimentos*, encontramos um verdadeiro álbum de famílias feministas carregadas de diversidade, luta política, apreensões, vitórias e projetos futuros. Falamos de uma história tecida nas últimas décadas e que ainda não acabou, como muitos fazem parecer.

Contra todos os estereótipos e reducionismos, as fotografias em preto e branco de Cláudia Ferreira evidenciam que não estamos diante de um movimento de elite, formado por mulheres brancas, intelectuais e “frustradas”, que buscam defender os interesses de um grupo restrito. Muito pelo contrário. Nos encontros nacionais e internacionais, nas conferências da ONU, nas manifestações de rua, os múltiplos feminismos latino-americanos lutaram contra as exclusões racistas, classistas e homofóbicas aplicadas a mulheres e homens. O livro evidencia que o movimento de mulheres não é uno, mas diverso e criativo.

Pelos textos de Cláudia Bonan nos aproximamos da história dessas lutas, das formas de articulação e rearranjos dos movimentos de mulheres na virada para o século XXI. Admitindo suas cumplicidades e divergências, a contestação comum aos modelos hegemônicos e excludentes de cidadania e identidade, os movimentos depararam-se com o desafio de construir ou mesmo reinventar a democracia, uma “democracia na diversidade”.

No decorrer do último século, os feminismos latino-americanos movimentaram-se pelos “espaços da política, da economia, da cultura e da intimidade”, incutindo novos ideais de respeito e defesa dos direitos humanos. Na década de 60, as mulheres buscaram garantir participação efetiva nas transformações políticas e culturais, articulando com facções diversas a resistência à ditadura militar. As clássicas fronteiras entre o público e o privado, ou entre o político e o doméstico começaram a ser rompidas irreversivelmente.

Na década de 70, o feminismo brasileiro ganhou novo impulso diante do impacto provocado pelo Ano Internacional da Mulher (1975), decretado pela Organização das Nações Unidas. As formas de gerir a ação política das mulheres foram diversas, variando entre grupos de reflexão, movimentos estudantis, associações de bairro, movimentos pela anistia, sindicatos e partidos clandestinos. As manifestações de rua organizadas por mulheres e as primeiras pesquisas envolvendo as relações de gênero tornaram a década de 70 um grande marco na história do feminismo brasileiro.

Os anos 80 e 90, respectivamente, presenciaram o apogeu e a “crise” dos movimentos sociais. As conquistas alcançadas na Constituição de 1988 foram neutralizadas pela instabilidade política e pelo processo de globalização no qual todo o continente foi inserido. Diante da crescente feminização da pobreza, das altas taxas de mortalidade materna, do descaso às garantias de aborto legal, dentre inúmeros desafios, os feminismos latino-americanos chegam ao século XXI motivados a desestabilizar as desigualdades sociais que ainda nos são impostas. Bonan ressalta que o momento “pós-insurgência da nova onda feminista” nos delega novos desafios e esperanças.

Mulheres e movimentos foi publicado com o apoio da Fundação Ford e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (órgão do Governo Federal). Além das imagens e das reflexões, o livro traz colagens de discursos e manifestos provenientes dos eventos e organizações de mulheres. Por tudo o que apresenta, *Mulheres e movimentos* interessa a quem já conhece essa história de perto e a quem deseja conhecer melhor. Um livro que preserva o passado e inspira o futuro.

1- Graduanda do curso de História da Universidade Federal de Goiás.

2- Graduanda de História na Universidade Estadual de Goiás; bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-UEG/CNPq).